



## A EXTENSÃO COMO SUPRIMENTO DE NECESSIDADES: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DA EXTENSÃO COM O MACROAMBIENTE

*EXTENSION AS SUPPLY OF NEEDS: REFLECTIONS ON THE RELATIONSHIP OF HIGHER EDUCATION  
INSTITUTIONS AND EXTENSION WITH MACRO-ENVIRONMENT*

Erinaldo Silva Oliveira<sup>1</sup>; Daniel Nascimento-e-Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente ensaio teórico busca refletir sobre os objetivos e a conceituação de uma prática extensionista. Também busca refletir sobre o ensino e a extensão entendidos como suprimentos de necessidades. Sendo um recorte da pesquisa de trabalho de conclusão de curso em andamento “Criação de um portfólio de cursos de extensão para suprimento das necessidades do ambiente de atuação da Universidade Federal do Oeste do Pará Campus Itaituba”. Trazendo uma análise sobre as funções de suprimento de necessidades ambientais das instituições de ensino e da prática extensionista. As reflexões permitem constatar: 1) a importância das instituições de ensino para com o desenvolvimento do ambiente no qual estas se encontram; 2) a extensão universitária é o espaço acadêmico de formação social e científico que visa o desenvolvimento de novos conhecimentos profissionais para a transformação da sociedade. A contribuição deste estudo para a área da extensão se dá em dois aspectos: primeiro porque permite uma discussão e a tentativa de trazer novas definições sobre a prática extensionista e segundo porque apresenta uma nova cultura ambiental para a universidade, a atuação participativa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local. Atuação participativa. Sociedade.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação no programa Profept-Ifam (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica), Administrador da Universidade Federal do Oeste do Pará - Campus Itaituba. E-mail: ery-itb@hotmail.com; <sup>2</sup> Professor Doutor em Engenharia de Produção, Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Centro. E-mail: danielnss@gmail.com

## ABSTRACT

The present theoretical essay seeks to reflect on the objectives and the conceptualization of an extensionist practice. It also seeks to reflect on teaching and extension understood as supply of needs. Being a cut of the research of work of conclusion of course in progress "Creation of a portfolio of courses of extension to supply the needs of the environment of action of the Federal University of the West of Pará Campus Itaituba". Bringing an analysis about the functions of supplying environmental needs of educational institutions and extensionist practice. The reflections show: 1) the importance of educational institutions for the development of the environment in which they are; 2) university extension is the academic space of social and scientific formation that aims at the development of new professional knowledge for the transformation of society. The contribution of this study to the area of extension occurs in two aspects: firstly because it allows a discussion and the attempt to bring new definitions about the extensionist practice and secondly because it presents a new environmental culture for the university, the participatory action.

**Keywords:** Local development. Participatory action. Society.

## INTRODUÇÃO

A sociedade muda constantemente (ABRAHÃO, 2013; KOLARIK; RODRIGUES; MATOS, 2017). Eventos, modificações, descobertas e revoluções têm alterado significativamente o modo como nos relacionamos e convivemos em sociedade. Na atual sociedade tecnológica e informacional as mudanças são rápidas, constantes e muitas vezes bruscas e desenfreadas, exigindo do indivíduo uma capacidade de estar preparado e conseguir acompanhar as rápidas mutações do sistema (BASTOS et al., 2019; PIRES; AMORIM, 2012; SILVA; SCHWERTNER, 2018; SUM; LEE; LAW, 2018). Com a educação não deve ser diferente, pois deve ser capaz de produzir métodos e estratégias em conformidade com o modelo de sociedade em vigor. Para isso, as instituições educacionais são de fundamental importância na compreensão e no desenvolvimento dos indivíduos para a atuação no macrosistema.

Toda instituição existe para suprir as necessidades existente no macroambiente. Ao se encontrar uma necessidade, automaticamente tem-se sentida a criação de uma organização ou instituição que encontre uma maneira de suprir, de preencher a lacuna deixada pela necessidade criada ou já existente. Assim, não é possível falarmos de instituições que não tenham como objetivo suprir determinada necessidade do meio onde esta se faz presente (OLIVEIRA, 2018).

A relação de muitas instituições de ensino superior com o ambiente é o de compartilhamento dos conhecimentos científicos gerados com o meio em que fazem parte. Para compartilhar esses conhecimentos faz-se necessário encontrar meios que os divulguem de maneira ampla, dentro das possibilidades da Instituição, quer seja no seu próprio ambiente interno ou no externo. Um desses meios possíveis são as atividades de extensão (FRIZZO; FLORIANO et al., 2017; LORANDI, 2016; MARIN; SCHELLIN, 2016; SUGAHARA, 2012; VERAS, 2018).

Nesse sentido, este ensaio procura refletir sobre quais são os objetivos e qual poderia ser a conceituação de uma prática extensionista segundo recentes autores que enfrentaram essa questão. Também busca refletir sobre o ensino e a extensão entendidos como suprimentos de necessidades.

Este ensaio é um pequeno recorte da dissertação de mestrado em andamento intitulada “Criação de um portfólio de cursos de extensão para suprimento das necessidades do ambiente de atuação da Universidade Federal do Oeste do Pará Campus Itaituba” a ser apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Amazonas, cujo objetivo é construir um portfólio de cursos institucionais para a Universidade Federal do Oeste do Pará.

## A INSTITUIÇÃO DE ENSINO E A FUNÇÃO DE SUPRIR NECESSIDADES AMBIENTAIS

Vários autores descrevem a importância do ensino, pesquisa e extensão das universidades como suprimento de várias necessidades do ambiente (ARAÚJO; HYPÓLITO, 2016; FERRAZ et al., 2017; FLORIANO et al., 2017; MACHADO; AZEVEDO, 2015). Esses benefícios vão desde a contribuição para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade à democratização do conhecimento acadêmico, desta forma procurando servir a comunidade. Por isso, uma razão para se estudar a relação destas instituições com o seu ambiente externo é a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, através do impulso à profissionalização e qualificação. É dessa forma que agem na emancipação de indivíduos e incentivam a investigação por produtos e serviços que transformem a vida das pessoas de maneira coletiva. Trata-se, também, de uma relação de compartilhamento e difusão de informações que se transformariam em informações estanques, se não houvesse essa intenção.

A Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), em seu Art. 43, deixa evidente que uma das oito finalidades da educação superior é desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade, aproximando-se do meio social no qual está inserida e lhe prestando serviços. Por isso as Instituições de Ensino Superior devem contribuir com o desenvolvimento e divulgação do conhecimento científico que na sua forma aplicada acaba por tornar possível também a criação de novas tecnologias que modificam e desenvolvem regiões.

Ao suprir a demanda por formação e qualificação profissional dos indivíduos, as instituições proporcionam liberdade em vários sentidos para as pessoas (NOSELLA, 2007), tais como a liberdade financeira e mobilidade social, atuando na melhoria econômica e na qualidade de vida destes indivíduos. Com a maior profissionalização é possível ainda a melhoria dos serviços prestados por diversos profissionais à comunidade, como avanços na área da saúde ou na produção industrial.

Dessa forma, apenas no suprimento de uma necessidade, como, por exemplo, a qualificação de indivíduos na área da engenharia, inclui em seu desdobramento uma série de consequências mediatas e imediatas como melhoria econômica, aumento de emprego, melhoria na qualidade de vida de outras pessoas, etc. De maneira semelhante, a criação de novas tecnologias que visem ao bem-estar coletivo, como novas formas de purificação de água por exemplo, acabam por terem uma amplitude de soluções ambientais muito maior que apenas a primeira ação imediata, a melhoria da qualidade de vida. No leque de benefícios de uma única nova tecnologia estão a liberdade econômica ou financeira, melhor desempenho profissional ou organizacional, surgimento de novos produtos e conseqüentemente maiores oportunidades sociais (SILVA et al., 2015; LORANDI, 2016).

Autores como Freitas et al. (2017) e Nakauth, Nakauth e Gregório, (2017) entendem que além de visar contribuir com o fortalecimento dos ambientes de trabalho e suprir também as necessidades do modelo econômico, o processo educativo ainda deve satisfazer a formação crítica e cidadã dos estudantes. Isso quer dizer que além de objetivar a contribuir na profis-

sionalização dos indivíduos, as instituições devem almejar também a maturidade destes como cidadão consciente de seu papel na sociedade. Ou seja, um indivíduo que saiba analisar e processar de maneira reflexiva, fatos e informações e que saiba se posicionar em suas relações sociais de maneira digna, competente, honesta e ética, com total ciência de seus direitos e deveres como componente da comunidade na qual se encontra.

Dentre as mais variadas necessidades atendidas pelas instituições de ensino, destacamos então o próprio ensino, através do qual se intenciona atender a necessidade pela aprendizagem e compartilhamento dos conhecimentos sistematizados e legitimados pela humanidade, a pesquisa, através da qual se procura suprir a necessidade por inovação tecnológica que possa modificar realidades locais e a extensão, a qual pode, por exemplo, fornecer qualificações rápidas e imediatas para necessidades ambientais, além de atuar como meio de difusão dos avanços científicos e tecnológicos para com a sociedade (MACHADO; AZEVEDO, 2015; FLORIANO, 2017; SILVA; PENHA; GONÇALVES, 2017).

Todavia, devido às particularidades deste ensaio, focaremos em apenas uma parte desse tripé (ensino, pesquisa e extensão) que alicerça as instituições de ensino superior, ou seja, a extensão.

## A EXTENSÃO COMO SUPRIMENTO DE NECESSIDADES

Diversas são as formas de a extensão suprir as necessidades ambientais, assim como são diversas as identificações desses preenchimentos na visão dos mais variados autores. Para Floriano et al. (2017), por exemplo, a extensão universitária visa a aproximação entre a academia e a sociedade. Ou seja, deve ocorrer o compartilhamento dos conhecimentos científicos obtidos pela instituição de ensino com a comunidade. Trata-se da interação entre os discentes, docentes e demais profissionais com a realidade e os problemas do cotidiano social ao seu redor. Por isso as atividades extensionistas funcionam com um elo de aproximação entre estes dois sujeitos, a instituição e o corpo social, fornecendo uma complementação à formação técnica dos discentes, neste caso a humanização dos indivíduos. Assim, além do público externo, estas atividades suprem as necessidades também do ambiente interno da instituição, o que a torna uma relação de troca, ou recíproca entre os ambientes.

Para Ferraz et al. (2017) a extensão envolve quatro aspectos essenciais em sua definição: educativo, cultural, social e científico. Para estes autores esses quatro aspectos formam o mesmo processo, o qual torna possível uma modificação entre a universidade e a sociedade. O processo educativo envolve-se com os aspectos culturais da população e com o conhecimento da realidade social em torno da instituição, aproximando os saberes sistematizados dessa mesma realidade, gerando um conhecimento interdisciplinar entre os diferentes saberes. Esse processo permite a aproximação do saber científico com os saberes tradicionais, trazendo-os desta forma para a academia para sua posterior compreensão, atualização, complementação ou mesmo desconstrução através da investigação e avaliação científica.

Oliveira et al. (2017) considera as ações de extensão como uma maneira de difundir qualificações com o potencial de transformar realidades de maneira rápida e efetiva. A intenção é que com formações em curto período de tempo e capazes de produzirem efeitos reais, tragam modificações que resgatem a cidadania e busquem superar desigualdades presentes no meio das relações sociais. Um dos propósitos é despertar o papel social da instituição, oferecendo qualificações que de fato, sejam adequadas ao ambiente a qual se destinam. O objetivo é atuar sobre as carências profissionais de uma comunidade ou distrito, habilitar e certificar esses

indivíduos, levando em consideração o potencial produtivo ou de serviços desta mesma região visando uma melhoria na economia local.

Santos (2012) compreende a extensão universitária como um espaço de aprendizagem profissional, ou seja, é a oportunidade de relacionar os conhecimentos teóricos e práticos, bem como torna possível a experiência do e no trabalho. Isso possibilita o aprendizado a partir da realidade objetiva concreta. Para o autor trata-se de uma forma de atuação necessária, pois a instituição educacional não é uma organização à parte da sociedade, é ela própria uma realidade social, uma expressão da sociedade a qual compõe. O autor ainda configura a extensão como um espaço de aprendizagem privilegiado e que possibilita a relação entre o ensino e a pesquisa no contexto educacional. É, portanto, o componente do tripé que torna possível a aproximação dos dois outros componentes (ensino e pesquisa) os quais muitas vezes direcionam-se para posições opostas ou desconexas entre si dentro da instituição.

Assim como Santos (2012), Lorandi (2016) também denomina as ações extensionistas como espaços, todavia, entendidos como espaços para a formação social. Como Oliveira (2017), Lorandi entende que essas ações devem ter o compromisso com o coletivo, visando a cidadania. Trata-se de uma atitude de responsabilidade e desenvolvimento social, isto é, a procura pelo bem-estar da comunidade ou ambiente e a possibilidade de os indivíduos participarem ativamente da vida em sociedade. Assim como Floriano et al. (2017), Lorandi também compreende a intenção do compartilhamento, ou popularização da ciência, o que torna as atividades de extensão verdadeiras ferramentas pedagógicas, ou seja, fazendo parte do processo de ensino e aprendizagem, atuando como propagadoras do método sistematizado e na contribuição da alfabetização científica, tão necessária e ainda ausente para a grande maioria da população.

A extensão permite novas descobertas, a possibilidade de enveredar em novas dimensões do conhecimento humano, para Sugahara (2012). Da mesma forma que outros autores (LORANDI, 2016; FLORIANO, 2017), ao abordar as questões sociais a autora lembra que é possível a difusão de conhecimentos. Novamente, nota-se que isso permite a troca de conhecimentos de maneira recíproca, ou seja, através da relação academia – exterior. Ao procurar perceber o contexto social, a extensão torna possível questioná-la e assim incitar possíveis mudanças, possibilitando a ativa participação social da comunidade. Isto é, compreender a realidade social, mas não se conformando com a mesma e, se possível, a desconstruí-la buscando sempre a reconstrução de uma nova realidade.

Silva, Penha e Gonçalves (2017) entendem a extensão como uma prática acadêmica importante para a formação profissional, para a produção do conhecimento e para a superação de desigualdades. Como Santos (2012) as autoras compreendem a possibilidade de aproximação da teoria e a prática. Muitas situações de aprendizagem presentes nestas práticas nem sempre estão presentes no ambiente escolar, assim é a oportunidade do aluno experimentar atividades do seu futuro cotidiano profissional. As atividades permitem o desenvolvimento humano, quer dizer, a possibilidade de contribuir com a melhoria de vida e inclusão dos indivíduos no meio em que estão inseridos, através de pequenas (curtas), mas importantes qualificações.

Com relação aos quesitos legais, voltamos novamente à Lei nº 9.394/96, que em seu artigo 46, inciso VII, sugere a difusão das conquistas e benefícios resultantes da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição para com a comunidade (BRASIL, 1996). Isso reforça a concepção da atuação das atividades extensionistas como meio de transformação social, ou seja, é a entrega à sociedade de produtos e serviços que visem à contribuição da melhoria do macro

ambiente do qual a instituição faz parte e a permite ter razão de existência. Por isso nota-se a extensão como a entrega de um resultado concreto da pesquisa científica à população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária é o espaço acadêmico de formação social e científico que visa à formação de novos conhecimentos profissionais para a transformação da sociedade. O objetivo de uma ação extensionista é tornar possível à instituição de ensino superior, fornecer uma nova formação profissional para diversos atores sociais, visando à superação de desigualdades. Por formação social e científica entendemos uma formação que supere o mero adestramento, um processo formativo que tenha como foco uma modificação, transformação ou superação da realidade presente, a qual se dará justamente através da aplicação dos conhecimentos legitimados e sistematizados a favor da melhoria do bem estar coletivo.

É possível perceber a importância das instituições de ensino para com o desenvolvimento do ambiente no qual estas se encontram. Pois as mesmas acabam por suprir uma série de necessidades ambientais em sua relação instituição x ambiente como qualificação, profissionalização, emancipação de indivíduos, divulgação do conhecimento científico, ensino, pesquisa e extensão por exemplo. Justificando dessa forma sua razão de ser e alguns de seus objetivos organizacionais, os quais de alguma forma sempre convergem para investigações e posterior busca de soluções para os problemas ambientais sejam eles implícitos ou explícitos nas relações dos componentes do macrossistema.

Conforme Kuzma *et al.* (2016, p. 148) “a tomada de decisões no ambiente corporativo requer a articulação dos elementos ligados à dimensão social e ambiental”. Isso significa que a instituição de ensino deve estabelecer conexões com as variáveis sociais e ambientais para adotar os direcionamentos necessários em relação aos seus objetivos. Por isso, é necessário compreender que a instituição não é uma entidade a parte do ambiente no qual está inserida, com uma visão limitada apenas ao seu ambiente interno.

Assim, as práticas extensionistas devem procurar a sintonia com as pretensões ou anseios sociais ou comunitários e do total dos conjuntos de sistemas que integram o macrossistema do qual a instituição é componente. O benefício disto será o estreitamento das relações Instituição x Empresa, Instituição x Sociedade, Universidade x Comunidade, Universidade x Mercado, desta forma possibilitando eventuais parcerias visando a melhoria do bem-estar da comunidade, construindo uma nova cultura ambiental, a da atuação participativa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, I. Múltiplos saberes e novas possibilidades: uma reflexão a respeito da formação docente. *In*: TAUCHEN, G. (org.). **Gestão e organização escolar**. Rio de Janeiro: Ed. da FURG, 2013. p. 121-130.
- ARAÚJO, J. J.; HYPÓLITO, A. M. Novos significados para educação profissional e tecnológica no instituto federal sul-rio-grandense: a política de criação dos institutos. **RBP AE**, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 247–265, 2016.
- BASTOS, F. C. *et al.* Gestão por competência: uma análise das competências sob a perspectiva dos servidores do IBAMA de Santa Catarina. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 9, n.

1, p. 74-86, 2019.

BRASIL. **Lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 22 set. 2017.

FERRAZ, R. de C. S. N. *et al.* Saberes e experiência: formação de professores da rede pública em atividades extensionistas. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 390-410, 2017.

FLORIANO, M. D. P. *et. al.* Extensão universitária: a percepção de acadêmicos de uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 9-35, 2017.

FREITAS, R. C. O. *et. al.* O mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional: considerações preliminares. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 74-89, 2017.

FRIZZO, G.; MARIN, E. C.; SCHELLIN, F. O. Extensão universitária e formação docente: contribuição e desafios das ações de extensão para a formação de professores de educação física no RS. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 21-37, 2016.

KOLARIK, K.; RODRIGUES, J. F.; MATOS, T. J. F. Indisciplina no cotidiano escolar. **Projeção e Docência**, v. 8, n. 1, p. 33-45, 2017.

KUZMA, E. L. *et. al.* A inserção da sustentabilidade na formação de administradores. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 146-165, 2016.

LORANDI, P. A. Extensão universitária como responsabilidade social: análise de uma prática. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 7, n. 1, p. 148-167, 2016.

MACHADO, A. M.; AZEVEDO, L. A. A atividade de extensão universitária, o Jardim São Remo e uma instituição educacional: desafios na criação de um campo comum de trabalho. **Revista Cultura e Extensão**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 85-95, 2015.

NAKAUTH, R. F.; NAKAETH, A. C. S. S.; GREGÓRIO, S. R. Mapas conceituais e questionários: uso ferramentas de avaliação do ensino em ações de extensão. **Educitec**, Manaus, n. 6, p. 28-41, 2017.

NEIVA FILHO, D. M.; VASCONCELOS, C. A. B.; SOUSA, R. O. L. Políticas públicas em educação profissional tecnológica: um foco na formação do curso técnico de nível médio em meteorologia do CEFET/RJ (2000-2009). **HOLOS**, Natal, v. 8, p. 304-313, 2015.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

OLIVEIRA, E. S. **Criação de um portfólio de cursos de extensão para suprimento das necessidades do ambiente de atuação da Universidade Federal do Oeste do Pará Campus Itaituba**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica)- Instituto Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Texto em construção.

OLIVEIRA, T. C. de *et. al.* A. Liga de Emergência da UFC: relato de experiência de um projeto de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 8, n. 2, p. 83-89, 2017.

PIRES, D. C. G. B.; AMORIM, W. A relação entre a gestão do conhecimento e a gestão por competências: um estudo a partir das práticas em escritórios de advocacia. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)**. [S. l.], v. 2, n. 1, abr. 2012.

SANTOS, A. de S. **O ensino por meio da literatura de cordel**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ensino Tecnológico) - Instituto Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BwKNRUWbPP4hMnhKQXk0UGpucmc/view?usp=sharing>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SILVA, A. M. C.; PENHA, N. R. da; GONÇALVES, J. P. Extensão universitária e formação docente: contribuições de um projeto de extensão para estudantes de Pedagogia. **Formação @ Docente**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 58-73, 2017.

SILVA, F. N. et.al. Financiamento da educação profissional e tecnológica: programa Brasil profissionalizado. **Revista LABOR**, v. 2, n. 14, p. 120-133, 2015.

SILVA, L. L. da; SCHWERTNER, S. F. Competências humanas na educação profissional: percepções das organizações. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 15, p. 6335, 2018.

SUGAHARA, C. R. A extensão universitária como ação socioeducativa. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 8, n. 12, p. 164-169, 2012.

SUM, S.; LEE, P.; LAW, R. Impact of cultural values on technology acceptance and technology readiness. **International Journal of Hospitality Management**.

VERAS, L. C. S. Política pública de educação: uma abordagem da extensão universitária na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). **Espaço Acadêmico**, n. 200, p. 49-62, 2018.

**Data de recebimento:** 28 de dezembro de 2018.

**Data de aceite para publicação:** 08 de março de 2019.